

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
EDITAL

A Universidade Estadual de Campinas, através da Secretaria Geral, torna pública a abertura de inscrições para o concurso público de provas e títulos, para provimento de 01 cargo de Professor Doutor, nível MS-3.1, em RTP, com opção preferencial para o RDIDP, nos termos do item 2, na Área de História da Educação, nas disciplinas EP 110 – História da Educação I, EP 210 – História da Educação II e EP 412 – História da Educação III, do Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

1. DO REQUISITO MÍNIMO PARA INSCRIÇÃO

1.1. Poderá se inscrever no concurso o candidato que, no mínimo, seja portador do Título de Doutor.

1.2. É desejável que o candidato tenha o seguinte perfil:

1.2.1. Doutorado em Educação ou em áreas afins;

1.2.2. Experiência de ensino e pesquisa na graduação e/ou pós-graduação em instituições universitárias no país e/ou no exterior, com ênfase na área de História, Filosofia e Educação;

1.2.3. Disponibilidade e capacidade para realizar supervisão de grupos de estágios de Graduação;

1.2.4. Disponibilidade e capacidade para ministrar disciplinas na Graduação e Pós-Graduação sob a responsabilidade do Departamento de Filosofia e História da Educação e para orientação de Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado;

1.2.5. Trabalhos acadêmicos publicados e pertinentes à área do concurso;

1.2.6. Experiência em docência e pesquisa em História da Educação;

1.2.7. A inscrição de candidato que deixar de atender ao perfil desejável não será indeferida por este motivo.

2. DO REGIME DE TRABALHO

2.1. Nos termos do artigo 109 do Estatuto da UNICAMP, o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) é o regime preferencial do corpo docente e tem por finalidade estimular e favorecer a realização da pesquisa nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como, correlatamente, contribuir para a eficiência do ensino e da difusão de ideias e conhecimento para a comunidade.

2.2. Ao se inscrever no presente concurso público o candidato fica ciente e concorda que, no caso de admissão, poderá ser solicitada, a critério da Congregação da Unidade, a apresentação de plano de pesquisa, que será submetido à Comissão

Permanente de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa – CPDI para avaliação de possível ingresso no Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa – RDIDP.

2.3. O Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) está regulamentado pela Deliberação CONSU-A-02/01, cujo texto integral está disponível no sítio http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?consolidada=S&id_norma=2684.

2.4. O aposentado na carreira docente aprovado no concurso público somente poderá ser admitido no Regime de Turno Parcial (RTP), vedada a extensão ao Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), conforme Deliberação CONSU-A-08/2010.

2.5. A remuneração inicial para o cargo de Professor Doutor, MS-3.1, da Carreira do Magistério Superior é a seguinte:

a) RTP – R\$ 1.592,14

b) RTC – R\$ 4.041,51

c) RDIDP – R\$ 9.185,10

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão recebidas todos os dias úteis compreendidos dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado – DOE, no horário das 09 às 12 e das 14 às 17 horas, na Secretaria do Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação, situada na Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Barão Geraldo.

Endereço: Av. Bertrand Russell, nº 801 – Cidade Universitária – Barão Geraldo – Campinas – S. P. – CEP: 13.083-865 – 2º andar – Bloco “C”.

3.2. A inscrição será efetuada mediante requerimento dirigido ao Diretor da Faculdade de Educação, contendo nome, domicílio e profissão, acompanhado dos seguintes documentos:

a) prova de que é portador do título de doutor de validade nacional. Para fins de inscrição, o candidato poderá apresentar apenas a ata da defesa de sua Tese de Doutorado, sendo que a comprovação do Título de Doutor será exigida por ocasião da admissão. Os candidatos que tenham obtido o título de Doutor no exterior, caso aprovados, deverão obter, durante o período probatório, o reconhecimento do referido título para fins de validade nacional, sob pena de demissão.

b) documento de identificação pessoal, em cópia;

c) sete exemplares de memorial, com o relato das atividades realizadas e a comprovação dos trabalhos publicados e demais informações, que permitam avaliação dos méritos do candidato, a saber:

c.1. títulos universitários;

c.2. curriculum vitae et studiorum;

c.3. atividades científicas, didáticas e profissionais;

- c.4. títulos honoríficos;
- c.5. bolsas de estudo em nível de pós-graduação;
- c.6. cursos frequentados, congressos, simpósios e seminários dos quais participou.
- d) um exemplar ou cópia de cada trabalho ou documento mencionado no memorial.

3.2.1. O memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento das inscrições.

3.2.2. O candidato portador de necessidades especiais, temporária ou permanente, que precisar de condições especiais para se submeter às provas deverá solicitá-las por escrito no momento da inscrição, indicando as adaptações de que necessita.

3.3. Recebida a documentação e satisfeitas as condições do edital, a Secretaria da Unidade encaminhará o requerimento de inscrição com toda a documentação ao Diretor da Faculdade de Educação, que a submeterá ao Departamento, tendo este o prazo de 15 dias para emitir parecer circunstanciado sobre o assunto.

3.3.1. O parecer de que trata o subitem anterior será submetido à Congregação da Unidade, que encaminhará o requerimento de inscrição com toda a documentação à deliberação da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE.

3.3.2. O requerimento de inscrição no concurso será deferido se o candidato obtiver o voto favorável da maioria absoluta dos membros presentes na Sessão da CEPE.

3.4. Os candidatos que tiveram os requerimentos de inscrição deferidos serão notificados a respeito da composição da Comissão Julgadora e seus suplentes, bem como do calendário fixado para as provas e do local de sua realização, por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início das provas.

4. DA COMISSÃO JULGADORA

4.1. A Comissão Julgadora será constituída de 05 (cinco) membros titulares e 02 (dois) suplentes, portadores, no mínimo, do Título de Doutor, cujos nomes serão indicados pela Congregação da Unidade e aprovados pela CEPE.

4.1.2. Pelo menos dois membros da Comissão Julgadora deverão ser externos à Unidade ou pertencer a outras instituições.

4.2. Poderão integrar a Comissão Julgadora profissionais de reconhecida competência na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, pertencentes a instituições técnicas, científicas ou culturais do país ou do exterior.

4.3. Caberá a Comissão Julgadora examinar os títulos apresentados, conduzir as provas do concurso e proceder às arguições a fim de fundamentar parecer circunstanciado, classificando os candidatos.

5. DAS PROVAS

5.1. O concurso constará das seguintes provas:

- a)** prova específica (peso 1);
- b)** prova de títulos (peso 02);
- c)** prova de arguição (peso 01);
- d)** prova didática (peso 01).

5.2. A prova específica consistirá de:

a) uma prova escrita dissertativa, que versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, relativa ao conteúdo do programa das disciplinas ou conjunto de disciplinas em concurso.

5.2.1. No início da prova específica, a Comissão Julgadora fará a leitura da(s) questão(ões) da prova escrita dissertativa, concedendo o prazo de 60 (sessenta) minutos para que os candidatos consultem seus livros, periódicos ou outros documentos bibliográficos.

5.2.2. Findo o prazo estabelecido no item 5.2.1. não será mais permitida a consulta de qualquer material, e a prova específica escrita terá início, com duração de 04 (quatro) horas para a redação da(s) resposta(s).

5.2.3. As anotações efetuadas durante o período de consulta previsto no item 5.2.1. poderão ser utilizadas no decorrer da prova específica, devendo ser rubricadas por todos os membros da Comissão Julgadora e anexadas na folha de resposta.

5.3. Na prova de títulos a Comissão Julgadora apreciará o memorial elaborado e comprovado pelo candidato.

5.3.1. Os membros da Comissão Julgadora terão o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para emitir o julgamento da prova de títulos.

5.4. Na prova de arguição o candidato será interpelado pela Comissão Julgadora sobre a matéria do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso e/ou sobre o memorial apresentado na inscrição.

5.4.1. Na prova de arguição cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até 30 minutos para arguir o candidato que terá igual tempo para responder às questões formuladas.

5.4.2. Havendo acordo mútuo, a arguição poderá ser feita sob forma de diálogo, respeitado, porém, o limite máximo de 1 hora para cada arguição.

5.5. A prova didática versará sobre o programa de disciplina ou conjunto de disciplinas ministradas na Universidade no ano anterior ao concurso (Anexo I) e nela o candidato deverá revelar cultura aprofundada no assunto.

5.5.1. A matéria para a prova didática será sorteada com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, de uma lista de 10 (dez) pontos, organizada pela Comissão Julgadora.

5.5.2. A prova didática terá a duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos e nela o candidato desenvolverá o assunto do ponto sorteado, vedada a simples leitura do texto da aula, mas facultando-se, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, diapositivos ou outros recursos pedagógicos utilizáveis na exposição.

5.6. As provas orais do presente concurso público serão realizadas em sessão pública. É vedado aos candidatos assistir às provas dos demais candidatos.

5.7. A Comissão Julgadora poderá ou não descontar pontos quando o candidato não atingir o tempo mínimo ou exceder o tempo máximo predeterminado para as provas didática e de arguição.

6. DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROVAS

6.1. As provas de títulos, arguição, didática e específica terão caráter classificatório.

6.1.1. A prova específica também terá caráter eliminatório, caso compareçam mais de 08 (oito) candidatos.

6.1.1.1. Na hipótese da prova específica ter caráter eliminatório, deverá ser observado o seguinte procedimento:

a) ao final da prova específica cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), considerando o previsto no item 5.2. deste edital;

b) após a atribuição das notas, o resultado da prova específica será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública;

c) serão considerados aprovados na prova específica com caráter eliminatório os candidatos que obtiverem notas iguais ou superiores a 7 (sete), de, no mínimo, 03 (três) dos 05 (cinco) examinadores;

d) somente participarão das demais provas do concurso público os candidatos aprovados na prova específica;

e) as notas atribuídas na prova específica por cada um dos examinadores aos candidatos aprovados serão computadas ao final do concurso público para fins de classificação, nos termos do item 6.3. deste edital.

6.2. Ao final de cada uma das provas previstas no subitem 5.1. deste edital, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).

6.2.1. As notas de cada prova serão atribuídas individualmente pelos integrantes da Comissão Julgadora e colocadas em envelope lacrado e rubricado, após a realização de cada prova. Ao final de todas as provas do concurso, em sessão pública, os envelopes serão abertos pela Comissão Julgadora.

6.2.2. Caso a prova específica não tenha caráter eliminatório, a nota atribuída nesta prova deverá ser divulgada no final do concurso, nos termos do subitem 6.2.1.

6.3. Ao término das provas, cada candidato terá de cada examinador uma nota final, que será a média ponderada das notas atribuídas pelo examinador ao candidato.

6.3.1. As notas finais serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a cinco e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a cinco.

6.3.2. Cada examinador fará a classificação dos candidatos pela sequência decrescente das notas finais por ele apuradas e indicará o(s) candidato(s) para preenchimento da(s) vaga(s) existente(s), de acordo com as notas finais obtidas nos termos do item anterior. O próprio examinador decidirá os casos de empate, com critérios que considerar pertinentes.

6.4. A Comissão Julgadora, em sessão reservada, depois de divulgadas as notas e apurados os resultados, emitirá parecer circunstanciado sobre o resultado do concurso justificando a indicação feita, da qual deverá constar tabela e/ou textos contendo as notas, as médias e a classificação dos candidatos. Também deverão constar do relatório os critérios de julgamento adotados para avaliação de cada uma das provas. Todos os documentos e anotações feitas pela Comissão Julgadora para atribuição das notas deverão ser anexados ao processo do presente concurso público.

6.4.1. Ao relatório da Comissão Julgadora poderão ser acrescentados relatórios individuais de seus membros.

6.5. O resultado do concurso será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública.

6.5.1. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.

6.5.2. Será indicado para nomeação o candidato que obtiver o primeiro lugar, isto é, maior número de indicações da Comissão Julgadora.

6.5.3. O empate nas indicações será decidido pela Comissão Julgadora, prevalecendo sucessivamente a média geral obtida e o maior título universitário. Persistindo o empate a decisão caberá por votação, à Comissão Julgadora. O presidente terá voto de desempate, se couber.

6.5.4. Excluído o candidato em primeiro lugar, procedimento idêntico será efetivado para determinação do candidato aprovado em segundo lugar, e assim subsequentemente até a classificação do último candidato aprovado.

6.5.4.1. Para as classificações seguintes deverão ser desconsideradas as indicações do candidato já classificado e considerada a ordem de classificação feita por cada um dos examinadores para os candidatos remanescentes.

6.6. As sessões de que tratam os itens 6.2.1 e 6.5 serão realizadas no mesmo dia em horários previamente divulgados.

6.7. O parecer da Comissão Julgadora será submetido à Congregação da Faculdade de Educação, que só poderá rejeitá-lo, no todo ou em parte, por 2/3 (dois terços) de seus membros presentes, quando unânime, ou por maioria absoluta, também de seus membros presentes, quando o parecer apresentar apenas três assinaturas concordantes dos membros da Comissão Julgadora.

6.8. O resultado final do concurso será submetido à homologação da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE.

6.9. A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Estado, com as respectivas classificações.

7. DA ELIMINAÇÃO

7.1. Será eliminado do concurso público o candidato que:

- a) Deixar de atender às convocações da Comissão Julgadora;
- b) Não comparecer ao sorteio do ponto da prova didática;
- c) Não comparecer a qualquer uma das provas, exceto a prova de títulos.

8. DO RECURSO

8.1. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado do concurso, exclusivamente de nulidade, ao Conselho Universitário, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação prevista no item 6.9. deste edital.

8.1.1. O recurso deverá ser protocolado na Secretaria Geral da UNICAMP.

8.1.2. Não será aceito recurso via postal, via fac-símile ou correio eletrônico.

8.1.3. Recursos extemporâneos não serão recebidos.

8.2. O resultado do recurso será divulgado no site da Secretaria Geral da UNICAMP (www.sg.unicamp.br)

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

9.2. As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado e estarão disponíveis no site www.sg.unicamp.br, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

9.3. Se os prazos de inscrição e/ou recurso terminarem em dia em que não há expediente na Universidade, no sábado, domingo ou feriado, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

9.4. O prazo de validade do concurso será de 01 (um) ano, a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado da homologação dos resultados pela CEPE, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período.

9.4.1. Durante o prazo de validade do concurso poderão ser providos os cargos que vierem a vagar, para aproveitamento de candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso.

9.5. A critério da Unidade de Ensino e Pesquisa, ao candidato aprovado e admitido poderão ser atribuídas outras disciplinas além das referidas na área do concurso, desde que referentes à área do concurso ou de sua área de atuação.

9.6. O candidato aprovado e admitido somente será considerado estável após o cumprimento do estágio probatório, referente a um período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual será submetido à avaliação especial de desempenho, conforme regulamentação prevista pela Universidade.

9.7. Até 60 (sessenta) dias após a publicação da homologação do concurso o candidato poderá solicitar a retirada dos memoriais (item 3.2.c) entregues no ato da inscrição e que não foram utilizados pela Comissão Julgadora, mediante requerimento protocolado na Secretaria do Departamento de Filosofia e História da Educação. Após este prazo, se não retirados, os memoriais poderão ser descartados.

9.8. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-03/03.

9.8.1. Cópia da Deliberação mencionada poderá ser obtida no site www.sg.unicamp.br ou junto a Secretaria do Departamento, que poderá prestar quaisquer outras informações relacionadas ao concurso público.

9.9. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

Anexo I – Programa da Disciplina

EP-110 - História da Educação I

EMENTA

Teoria e metodologia da História, História e História da Educação, História e historiografia da educação.

OBJETIVOS

O objetivo geral da disciplina é discutir as principais contribuições da historiografia para o estudo da educação. Mais especificamente, o curso pretende que o aluno perceba a variedade dos temas e objetos de pesquisa da história da educação e compreenda suas múltiplas abordagens. Pretende-se ainda abordar as questões históricas da escola brasileira.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A disciplina trata da história da leitura e da escrita, da história da infância e do cuidado como forma histórica da relação adulto-criança, da profissão docente e da cultura material escolar para discutir as contribuições da historiografia ao estudo da educação.

Aborda a história da educação a partir de temas diversos, abrangendo estudos sobre a escolarização dos saberes nas sociedades da antiguidade, do medievo e da modernidade.

METODOLOGIA

A disciplina é desenvolvida por meio de aulas expositivas e dialogadas para introdução e síntese das unidades do programa do curso. Apóia-se no trabalho de análise de textos e na discussão dos livros assumidos no planejamento. Recorre, ainda, à solicitação de trabalhos individuais e coletivos para a verificação da leitura dos alunos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua e sistemática. O desempenho dos alunos será avaliado mediante sua produção de reflexão escrita e participação nas atividades de discussão, registradas em resnhas, trabalhos temáticos e nas avaliações individuais. As práticas de auto-avaliação completam os instrumentos de avaliação do aluno.

PROGRAMA DE CURSO

Apresentação da disciplina e de seu programa: ementa, objetivos, programa de curso, metodologia, avaliação, cronograma das atividades e bibliografia de trabalho.

História da Escrita e do seu Ensino

- VIÑAO FRAGO, Antonio. História da alfabetização versus história do pensamento, ou seja, da mente humana. In. _____. *Alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e textos*. Porto Alegre Artmed, 2002, p. 69-79.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Ensino da escrita e escolarização dos corpos: uma perspectiva histórica. In. _____. (org.). *Modo de ler, formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, pp. 31-46.
- PACHECO, Cecília Maria Goulart. Aspectos históricos da normatização ortográfica e o trabalho com a língua escrita na escola. In. FERNANDES, Rogério; ADÃO, Áurea (orgs.). *Leitura e escrita em Portugal e no Brasil 1500-1970 - Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Vol. 1, Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1998, p. 385-393.
- VIDAL, Diana Gonçalves. Da caligrafia à escrita: experiências escolanovistas com caligrafia muscular nos anos 30. *Revista da Faculdade de Educação da USP*. São Paulo, v. 24, nº 1, pp. 126-140, jan./jun. 1998.
- VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, nº 33, p. 7-47, jun. 2001.

História da Leitura e das práticas culturais

- CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In. _____. (org.). *Práticas da leitura*. 2ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 77-106.
- FRAISSE, Emmanuel; POMPOUGNAC, Jean-Claude; POULAIN, Martine. *Representações e imagens da leitura*. São Paulo: Ática, 1997.
- VIDAL, Diana Gonçalves. Práticas de leitura na escola brasileira dos anos 1920 e 1930. In.: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Modo de ler, formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, pp. 87-116.

História da infância e o cuidado como relação histórica

- KUHLMANN JR. Moysés; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In.: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *A infância e a sua educação: materiais, práticas e representações* (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 15-34.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- DEL PRIORI, Mary (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- FERNANDES, Rogério. Notas em torno de retratos de criança. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 26, nº 1, p. 87-98, jan./jul. 2000.
- FERNANDES, Rogério; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Alberto. *Para a compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.
- KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- MONARCHA, Carlos (org.). *Educação da infância brasileira 1875-1983*. São Paulo: Cortez, 2001.
- NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. *Parques infantis de São Paulo: lazer como expressão de cidadania*. São Paulo: Annablume, 2002.

Educação e Sociedade

- MAYER, Arno J. Culturas oficiais e vanguardas. In.: *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1981, p. 187-286.
- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- THOMPSON, Edward Palmer. Educação e experiência. In: *Os românticos: a Inglaterra na Era Revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org.) *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- VERGER, Jacques. *Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII*. Bauru: Edusc, 2001.

A escola e a instituição escolar

- MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In.: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbara (org.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras 1998, p. 51-70.
- DESAUNIERS, Julieta B. Ramos. Instituição e evolução da escolarização. *Teoria & Educação*, nº 6, p. 97-104, 1992.
- MAGALHÃES, Justino. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: EDUSF, 2004.
- SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In.: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (org.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados, 2007, p. 75-94.

A cultura material escolar

- FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação* nº 14, p. 19-34, maio/jun./jul./ago. 2000.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). *História da arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.
- VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Augustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

O professor e a história docente

- CUBAN, Larry. Como os professores ensinavam: 1890-1980. *Teoria & Educação*, nº 6, p. 115-127, 1992.
- CATANI, Denice Barbara. Estudos de história da profissão docente. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 585-599.
- NÓVOA, António (org.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

Livros e impressos

- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In.: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbara (org.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras 1998, p. 31-40.
- ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 1999.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de; VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Biblioteca e formação docente: percursos de leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- MENEZES, Maria Cristina (org.). *Educação, memória, história: possibilidades, leituras*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

.A historiografia da educação

- VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual. In.: *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 73-127.
- GONDRA, José Gonçalves (org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 1999.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). *História da arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.
- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In.: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbara (org.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras 1998, p. 31-40.

- CARVALHO, Marta Maria Chagas de; VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Biblioteca e formação docente: percursos de leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CATANI, Denice Barbara. Estudos de história da profissão docente. In.: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 585-599.
- CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In. _____ (org.). *Práticas da leitura*. 2ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 77-106.
- CUBAN, Larry. Como os professores ensinavam: 1890-1980. *Teoria & Educação*, nº 6, p. 115-127, 1992.
- DEL PRIORI, Mary (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- DESAUNIERS, Julieta B. Ramos. Instituição e evolução da escolarização. *Teoria & Educação*, nº 6, p. 97-104, 1992.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Ensino da escrita e escolarização dos corpos: uma perspectiva histórica. In. _____ (org.). *Modo de ler, formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 31-46.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação* nº 14, p. 19-34, maio/jun./jul./ago. 2000.
- FERNANDES, Rogério. Notas em torno de retratos de criança. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 26, nº 1, p. 87-98, jan./jul. 2000.
- FERNANDES, Rogério; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Alberto. *Para a compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FRAISSE, Emmanuel; POMPOUGNAC, Jean-Claude; POULAIN, Martine. *Representações e imagens da leitura*. São Paulo: Ática, 1997.
- FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.
- GONDRA, José Gonçalves (org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.
- KUHLMANN JR. Moysés; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *A infância e a sua educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 15-34.
- KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- MAGALHÃES, Justino. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: EDUSF, 2004.
- MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In.: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbara (org.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras 1998, p. 51-70.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MAYER, Arno J. Culturas oficiais e vanguardas. In.: *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1981, p. 187-286.

MENEZES, Maria Cristina (org.). *Educação, memória, história: possibilidades, leituras*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

MONARCHA, Carlos (org.). *Educação da infância brasileira 1875-1983*. São Paulo: Cortez, 2001.

NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. *Parques infantis de São Paulo: lazer como expressão de cidadania*. São Paulo: Annablume, 2002.

NÓVOA, António (org.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

PACHECO, Cecília Maria Goulart. Aspectos históricos da normatização ortográfica e o trabalho com a língua escrita na escola. In. FERNANDES, Rogério; ADÃO, Áurea (orgs.). *Leitura e escrita em Portugal e no Brasil 1500-1970 - Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Vol. 1, Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1998, p. 385-393.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In.: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (org.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados, 2007, p. 75-94.

THOMPSON, Edward Palmer. Educação e experiência. In.: *Os românticos: a Inglaterra na Era Revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VIDAL, Diana Gonçalves. Da caligrafia à escrita: experiências escolanovistas com caligrafia muscular nos anos 30. *Revista da Faculdade de Educação da USP*. São Paulo, v. 24, nº 1, p. 126-140, jan./jun. 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. Práticas de leitura na escola brasileira dos anos 1920 e 1930. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Modo de ler, formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 87-116.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual. In.: *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 73-127.

VIÑAO FRAGO, Antonio. História da alfabetização versus história do pensamento, ou seja, da mente humana. In. _____. *Alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e textos*. Porto Alegre Artmed, 2002, p. 69-79.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, nº 33, p. 7-47, jun. 2001.

EP 210 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO II

EMENTA:

As bases da educação e da escola no Brasil colonial e no Império.

OBJETIVOS:

- Oferecer subsídios aos alunos para a compreensão, a reflexão e a problematização da história da educação escolar brasileira;

METODOLOGIA:

- Aulas expositivas, quando da introdução dos temas;
- Estudos e pesquisas realizadas pelos alunos em grupos de trabalho;
- Debates dos grupos, com base nas pesquisas e leituras realizadas;
- Sistematização dos debates pela professora.

AValiação:

- O processo de avaliação será contínuo, levando-se em consideração a participação do aluno no conjunto das atividades propostas. Ao final das unidades os discentes entregarão relatórios sobre as mesmas e um texto conclusivo ao final da disciplina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO e Bibliografia Básica

Unidade I – educação Jesuítica

- A Educação Jesuítica em seus primórdios: o plano de Nóbrega
- Das Constituições ao Ratio Studiorum: A política dos Colégios
- Da Metrópole à Colônia: a implantação/adequação dos estudos

Textos:

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: leituras**. São Paulo: Thomson Learning, 2006, p.01-12.

- Carta de Pero Vaz de Caminha

- Antonil, J. A. Cultura e Opulência no Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

MENEZES, M. C. Prática docente jesuítica e política colonial no Brasil quinhentista. In: Pro-posições, vol. 11, n.3 (33), nov. 2000. pp. 45-54.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. O Colégio dos Jesuítas de São Paulo (Que não era Colégio nem se chamava São Paulo). **Rev. Inst. Est. Bras.**, SP, 39: 169-180, 1995.

Textos Complementares:

ARAÚJO, E. O teatro dos vícios. RJ: José Olympio, 1993. Cap II, p83-187.

Constituições da Cia de Jesus. São Paulo: Loyola, p. 117-159.

FRANCA, L (org) O Método Pedagógico dos Jesuítas: Ratio Studiorum. R.J., Livraria Agir, 1952.

Unidade II - As Reformas do Marquês de Pombal - Dois momentos: 1759 e 1772

- As Reformas Pombalinas: estatização e secularização do ensino;
- As Aulas Avulsas e a criação do "Subsídio Literário"

Textos:

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. A Reforma Pombalina dos estudos secundários no Brasil. São Paulo, Saraiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

CARVALHO, Laerte Ramos de. As Reformas Pombalinas da Instrução Pública. São Paulo. Saraiva. Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

HILSDORF, M. L. S. História da Educação Brasileira: leituras. Cap. 2.

FERNANDES, R. Sobre a escola elementar no período pré-pombalino

_____. Notas sobre o ensino dos índios entre 1760 e 1770. Leituras em aula. Alvará de 1759 – Expulsão da Cia de Jesus e Nomeação do Diretor de Ensino;

Instruções para Professores Régios;

Cartas e outros documentos dos professores Régios do Brasil;

Notícias Soteropolitanas - Carta 8ª de Vilhena; (séc. XVIII)

Unidade III - A vinda da Família Real Portuguesa aos trópicos

Textos: MANCHESTER, A. A transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro
A criação dos primeiros cursos superiores

A obra joanina: biblioteca, jardim botânico, Academia Real Militar (ver: instrumentos científicos)

HILSDORF, M. L. S. História da Educação Brasileira: leituras. Cap. 3 - documentos e ilustrações

Unidade IV - A Independência e a reivindicação de um projeto de instrução nacional

Textos: - retomada do texto de 1820 - Projeto para a Instrução da Mocidade (publicado em: MOACYR, Primitivo, A instrução e o Império)

- A discussão em torno da criação do ensino de primeiras letras e a limitada oferta dos Cursos Normais (verificar Lei de 1827)

- O ensino mútuo e o seu legado para uma cultura material pedagógica

Texto: VILLELA, H., “O Ensino Mútuo na Origem da Primeira Escola Normal do Brasil”

- Escolas domésticas para meninos e para meninas;

Texto: HILSDORF, M. L. S. Cultura escolar/cultura oral em São Paulo (1810-1860)

- O Colégio Pedro II como modelo de currículo seriado

- A criação dos Liceus Provinciais

Textos: HAIDAR, MLM. O Ensino Secundário no Império Brasileiro;

_____. Os preparatórios e os exames parcelados. Reflexões do Sistema nos Colégios das Artes, nos Liceus Provinciais e nos Seminários Episcopais, 47-94.

Unidade V - A trajetória do método individual ao simultâneo

A discussão de métodos, materiais e práticas pedagógicas – Verificar ilustrações e textos de época

- O período de transformações de 1870 aos embates republicanos. O método intuitivo

- Os pareceres de Rui Barbosa

- Manuais de ensino Intuitivo – final séc. XIX

- As instituições de ensino do período – escolas particulares, públicas, escolas católicas e protestantes.

Texto: - FARIA FILHO, L. M. Instrução elementar no século XIX

SOUZA, Rosa Fátima. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil.

_____. Tecnologias de Ordenação Escolar no Brasil XIX: Currículo e Método Intuitivo nas Escolas Primárias Norte-Americanas (1860 -1880).

– durante todo o processo de trabalho novos textos e fontes serão pesquisados e adicionados à bibliografia básica inicial.

Bibliografia Geral

ANTUNHA, Heládio C. G. Instrução Pública no Estado de São Paulo. A reforma de 1920. São Paulo: Edusp, 1976.

ALMEIDA, J. R. P. de. História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889). Publicado originalmente em francês. Traduzido Publicado pelo INEP. PUCSP (1989).

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. A Reforma Pombalina dos estudos secundários no Brasil. São Paulo, Saraiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

ARAÚJO, E. O Teatro dos Vícios. Rio de Janeiro, José Olympio, 1993.

AZEVEDO, Fernando de. O sentido da Educação Colonial. In: A transmissão da cultura. 5a. ed. Brasília, Melhoramentos, 1976.

BARBOSA, RUI. Primeiras lições de coisas. Manual de ensino elementar por N. Calkins. "Ampliado as condições do nosso idioma e paizes que o fallar". Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

BASTOS, Maria Helena Câmara. O ensino mútuo no Brasil. (1808-1827). In: BASTOS, Maria H. Câmara e FARIA FILHO, Luciano M. (org). A escola elementar no século XIX. Passo Fundo, Ediup, 1999. pp 95-117.

BINZER, Ina Von. Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

CARVALHO, J. M. A construção da ordem. Parte I: A elite política Imperial. RJ: Ed. UFRJ/Relume Dumará, 1996.

CARVALHO, Laerte Ramos de. As Reformas Pombalinas da Instrução Pública. São Paulo. Saraiva. Editora da Universidade de São Paulo.1978

CUNHA, L. A. A Universidade Temporã: O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1980.

FARIA FILHO, L. M. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, et al. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 2000. P.135-150.

FERNANDES, R. Notas sobre o ensino dos índios entre 1760 e 1770. Revista de Educação, vol. V., n. 2, 1996. Depto. de Educação da F. C. da Un. Lisboa.

_____, MENEZES, M. C. A cada um o seu lugar: ou as normas do ensino mútuo. FELGUEIRAS, M. L.; e MENEZES, M.C. (org), "História da educação, história das mentalidades, história da cultura." In: **Rogério Fernandes – Questionar a Sociedade, interrogar a História, (re)pensar a Educação.** Porto:Edições Afrontamento.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

_____. Sobre a escola elementar no período pré-pombalino. In: FELGUEIRAS, M. L.; e MENEZES, M.C.(org), **Rogério Fernandes – Questionar a Sociedade, interrogar a História, (re)pensar a Educação.** Porto:Edições Afrontamento. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

FREYRE, G. Casa-Grande & Senzala. 26.a ed., Rio de Janeiro, Record, 1989.

Haidar, M. L. M., "Os preparatórios e os exames parcelados. Reflexões do Sistema nos Colégios das Artes, nos Liceus Provinciais e nos Seminários Episcopais." In: "**O Ensino Secundário no Império Brasileiro.**" São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Editorial Grijalbo, 1972, p.47-94.

HILSDORF, Maria Lúcia. O ensino mútuo na província de São Paulo. In: BASTOS, Maria H. Câmara e FARIA FILHOS, Luciano M. (org). A escola elementar no século XIX. Passo Fundo: Ediup.1999. pp. 197-215.

_____. Tempos de escola: fontes para a presença feminina na educação (São Paulo/século XIX). São Paulo: Editora Plêiade, 1999.

_____. **História da Educação Brasileira: leituras.** São Paulo: Thomson Learning, 2006.

_____. O Colégio dos Jesuítas de São Paulo (Que não era Colégio nem se chamava São Paulo). **Rev. Inst. Est. Bras.**, SP, 39: 169-180, 1995.

_____. O Seminário de Educandos de São Paulo: In: MENEZES, M. C. Educação, Memória, História: Possibilidades, Leituras., Campinas: Mercado de Letras, São Paulo: FAPESP, 2004, p. 213-263.

_____. Cultura escolar/cultura oral em São Paulo (1810-1860). In: Vidal, D. G. e Hilsdorf, M. L. Tópicas em história da educação (orgs) São Paulo: EDUSP, 2001.

KEITH, H E EDWARDS, S. F. Conflito e continuidade na sociedade brasileira. Civilização Brasileira.

LEITE, S. Breve História da Companhia de Jesus no Brasil (1549-1760). Braga, Liv. A.I., s/d.

LOPES, E. M., FARIA FILHO, L. .M., VEIGA, C. G. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURENÇO FILHO, M. B. "A margem dos pareceres sobre o ensino." In: **"A pedagogia de Rui Barbosa"** Organização: Ruy Lourenço Filho – 4. Ed. Ver. Ampl. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001, p. 57- 72.

MANCHESTER, A. K. "A Transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro". In: Keith, H. H. e Edwards, S. F. (orgs) **Conflitos e continuidade na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1970.

MATTOS, I. R. O tempo Saquarema. São Paulo: Hucitec, 1987.

MENEZES, Maria Cristina. O ensino jesuítico no Brasil: da catequese ao colégio. In: Raízes do Ensino Brasileiro: A Herança Clássico-Medieval -Tese de doutorado . Universidade Estadual de Campinas FE. 1999.

MENEZES, Maria Cristina. Prática docente jesuítica e política colonial no Brasil quinhentista. In: Pro-posições, vol. 11, n.3 (33), nov. 2000. pp. 45-54.

MENEZES, M. C. Educação, Memória, História: Possibilidades, Leituras, Campinas: Mercado de Letras, São Paulo: FAPESP, 2004.

MOACYR, P. A instrução e o Império. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1936.

NAVA, P. Chão de ferro. Editora Ateliê, 2001. (capítulo sobre o Colégio Pedro II)

NÓBREGA, Manuel da. Cartas do Brasil 1549-1560. Belo Horizonte. Itatiaia. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo.1988.

NOVINSKY, A. "Estudantes Brasileiros 'Afrancesados' da Universidade de Coimbra. A perseguição de Antonio de Moraes e Silva (1779-1806)". In: Coggiola, O. (org). **A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina**. São Paulo/ Brasília: Nova Stella/Edusp/CNPq, 1990.

SOUSA, R. F. de. Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: 1890-1910. São Paulo, UNESP, 1998.

_____. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. In: Cadernos Cedes, n. 51, nov. 2000. P. 09-28.

_____. Tecnologias de Ordenação Escolar no Brasil XIX: Currículo e Método Intuitivo nas Escolas Primárias Norte-Americanas (1860 -1880). Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, v. 9, p. 21-35, 2005.

TANURI, L. M. "História da formação de professores." In: **Revista Brasileira de Educação**, ANPED: Editora Autores Associados, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000, nº 14.

VALDEMARIN, V. T. O Método Intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para o mundo interpretado. In: O legado educacional do século XIX. Araraquara: UNESP-FCL, 1998. p. 63-105.

VILLALTA, L. C. "O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura" In: Souza, L. M. de, (org). **História da vida privada, 1**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VILLELA, H., "O Ensino Mútuo na Origem da Primeira Escola Normal do Brasil." In: BASTOS, M. H. C. e FARIA FILHO, L. M. **"A Escola Elementar no Século XIX: o método monitorial/mútuo."** Passo Fundo: Ediupf, 1999, p.145-196.

VILLELA, H. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, et al. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 2000. P.135-150.

VILHENA, Luiz dos Santos. Carta VIII. Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília. Contidas em XX Cartas. Imprensa Oficial do Estado. 1802. Bahia. pp 282-302.

EP-412 - História da Educação III

EMENTA

História da educação no Brasil no período republicano. Educação contemporânea: problemas e perspectivas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A inserção do Brasil na “Era dos Impérios”: a passagem para o regime republicano. A Primeira república e a educação. A crise de 1929: transformações na organização econômica internacional. A era Vargas. O quadro internacional desde o fim da 2ª Guerra Mundial (1945) aos dias atuais, a estruturação da Nova Ordem Mundial e os dilemas educacionais daí decorrentes: o ajuste neoconservador e a política educacional privatista.

OBJETIVOS

Objetivo geral:

Viabilizar o conhecimento do desenvolvimento histórico da Educação Brasileira no período compreendido desde a Proclamação Republicana aos dias atuais, buscando contribuir para a compreensão da educação sob a perspectiva das suas relações antagônicas com o contexto social, econômico, político e cultural da sociedade brasileira.

Objetivos Específicos:

- Proporcionar o entendimento da interação entre a educação e o contexto histórico, mediante análise de suas recíprocas determinações;
- Entender os dilemas da educação brasileira nos dias atuais, como consequência de contradições com raízes no passado próximo e no remoto;
- Propiciar subsídios para uma postura crítica frente à problemática educacional brasileira e para uma atuação pedagógica consequente com tal posicionamento.

METODOLOGIA

O estudo dos conteúdos do programa será efetuado através dos seguintes procedimentos:

1. Aulas expositivas para introdução e síntese das unidades programáticas;
2. Mini-seminários/problematização e debates em cada unidade do programa. Cada mini-seminário/problematização e debate será seguido por fichamento a ser entregue no dia da aula.
3. Fichamentos,
4. Trabalhos escritos, pelos alunos, para sistematização e síntese dos assuntos tratados no curso.

AVALIAÇÃO

A avaliação se fará com base nas seguintes atividades desenvolvidas pelos alunos, através dos seguintes instrumentos::

- a) Fichamento individual da bibliografia básica relativa à educação de cada período histórico (0 a 2,0);
- b) Trabalho escrito individual ao final do semestre sobre um tema de interesse e centrado no período histórico definido, a partir da bibliografia debatida e lida na disciplina (0 a 5,0);
- c) Apresentação de mini-seminários/problematização (0 a 3,0)

Obsevação: Entrega do trabalho final e dos fichamentos: 25/06.

- Unidade 1

A ERA DOS IMPÉRIOS E A PROBLEMÁTICA DA EDUCAÇÃO SOB O CAPITALISMO MONOPOLISTA

Bibliografia Básica

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 87-124 (Cap. 3 - A era dos impérios).

ALVES, G. L.. Os câmbios sociais e as funções da escola pública. In: _____. A produção **da escola pública contemporânea. Campo Grande: UFMS; Campinas: Autores Associados, 2001, pp. 187-222.

Unidade 2 - O BRASIL NO CONTEXTO DO CAPITALISMO MONOPOLISTA INTERNACIONAL

2.1 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: 1889 A 1930

Bibliografia Básica

SINGER, Paul. O Brasil no Contexto do capitalismo internacional: 1889-1930. In: FAUSTO, Bóris. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira_ - Tomo III: O Brasil Republicano – 1º Volume: Estrutura de poder e economia (1989-1930)**. São Paulo: DIFEL, 1985, pp. 345-390.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação**. SP: Cortez, 1990, p. 15-35 – Cap. I: A Primeira República.

JACOMELI, Mara R. M.; XAVIER, Maria E. S. P. A consolidação do liberalismo e a construção da ideologia educacional liberal no Brasil. In: LOMBARDI, J. C. (Org.) **Temas de pesquisa em educação. Campinas/SP: Autores Associados; Caçador/SC: HISTEDBR, 2003, p. 195 – 208.

RIBEIRO, M.L.S. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 15ª. ed. rev. e ampl. - Campinas: Autores Associados, 1998, p. 69-102.

PAIVA, V.P.. **Educação popular e educação de adultos..., pp. 89-109 ("2. A luta pela difusão do ensino elementar no final da Primeira República").

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil. (O advento dos grupos escolares. pp. 171 – 184).

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval (et al.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas/SP: Autores Associados, 2004, p. 109 – 161.

Aula com Prof. José Carlos Araújo – Tema: A educação nos fins do séc. XIX e início do séc. XX.

Unidade 3 - A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA “Era” Vargas: 1930 a 1945

Bibliografia Básica

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, Imprensa Oficial do Estado, 2001, cap. 4, p. 185 – 217.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação...** p. 39-101 – Cap. II e III: A Segunda República e O Estado Novo.

RIBEIRO, M.L.S. **História da Educação Brasileira...**, p. 102-149 - 6º. Capítulo... 2. A fase posterior à “Revolução de 30”. Cap. 7: “A organização escolar no contexto do modelo nacional-desenvolvimentista...”.

ROMANELLI, O.O. **História da Educação no Brasil: 1930-1973**. Petrópolis: Vozes, 1984, pp. 127-141 (Cap. 4. A organização do ensino...); p. 142-152 (4.4. As lutas ideológicas...). pp. 153-169 ("4.5. As Leis orgânicas do ensino").

PAIVA, V. P.. **Educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola, 1973, pp. 111-130 ("3. A Revolução de 30 e a educação popular"), pp. 130-174 ("3.2. A educação popular no Estado Novo" e Terceira Parte – a ed. dos adultos...).

****SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil.** (Cap VII – Fordismo, keynesianismo e a nova educação. pp. 187 – 275).

Unidade 4 - O MODELO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA E A EDUCAÇÃO (1945-1964).

Bibliografia Básica

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil.** São Paulo: Editora da USP, Imprensa Oficial do Estado, 2001, cap. 5, p. 219 – 256.

****RIBEIRO, M.L.S.. História da Educação Brasileira...**, p. 127-149 (Cap. 7); p. 151-178 (Cap.8 – 1. O significado da crise...).

****GHIRALDELLI JR., Paulo. História da Educação...**, p. 105-160 – Cap. IV: A Quarta República.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da Educação no Brasil...**, p. 169-191 (4.7. A constituição de 1946... ao final do 4º. capítulo).

****PAIVA, Vanilda P.. Educação popular e educação de adultos...**, p. 175-258.

Unidade 5 - EDUCAÇÃO BRASILEIRA SOB O REGIME MILITAR (1964-1984 e advento da Nova República)

Bibliografia Básica

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil.** São Paulo: Editora da USP, Imprensa Oficial do Estado, 2001, cap. 6, p. 257 – 310.

RIBEIRO, M.L.S.. **História da Educação Brasileira...**, p. 178-195 (Cap. 8 – 2. O significado do golpe...).

****GHIRALDELLI JR., Paulo. História da Educação...** p. 163-192 – Cap. V: A Ditadura Militar (I) e p. 195 – 234 - Cap. VI: A Ditadura Militar (II)....

ROMANELLI, Otaíza de O.. **História da educação no Brasil...**, p. 193-254.

****PAIVA, Vanilda P.. Educação popular e educação de adultos...**, p. 259 - 305.

Unidade 6 - PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA HOJE (séc. XXI)

Bibliografia Básica

JACOMELI, Mara R. M. **PCNs e Temas Transversais: análise histórica das políticas educacionais brasileiras.** Campinas/SP: Editora Alínea, 2007. pp 27 – 133, caps. I e II.

****SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil.** (Cap. XIV – O neoprodutivismo e suas variantes: neo-escolanovismo, neoconstrutivismo, neotecnicismo (1991 – 2001) pp. 425 – 451).

Observação: As bibliografias com asteriscos (**) são de leitura obrigatória e para fichamento.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil e a economia Mundial. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira - Tomo III: O Brasil Republicano – 4º Volume: Economia e Cultura (1930-1964).* São Paulo : DIFEL, 1984, p. 9-49.

ALENCAR, F. e outros. *História da sociedade brasileira.* Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

ALVES, G. L.. As funções da escola pública de educação geral sob o imperialismo. *In: Revista Novos Rumos*. SP: Inst. Astrojildo Pereira : Editora Novos Rumos, Ano 5, no. 16, 1990, p. 89-112

ALVES, M. H. Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BARAN, Paul e Paul M. SWEEZY. *Capitalismo Monopolista: Ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. RJ : Zahar, 1978.

BAUSBAUM, L. *História sincera da República*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, vol. 1 e 2.

BAUSBAUM, L. *História sincera da República*. São Paulo: Alfa-Omega, 1983, vol. 3 e 4.

BEISIEGEL, C.R.. *Estado e Educação Popular*. SP : Pioneira, 1974.

BEISIEGEL, Celso de Rui. *Política e educação popular: a prática de Paulo Freire no Brasil*. São Paulo: Ática, 1982.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BIANCHETTI, R.G.. *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. São Paulo, Cortez Editora, 1996.

BRANDÃO, C. R. (org.). *A questão política da educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BUFFA, E. *Ideologias em conflito: escola pública e escola privada*. São Paulo: Cortez/Moraes, 1979.

BUFFA, Ester e NOSELLA, Paulo. *A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea*. São Paulo: Cortez, 1991.

CARONE, E.. *A República Velha I e II*. São Paulo : DIFEL, 1975.

CARONE, E.. *A Terceira República (1930-1937)*. São Paulo : DIFEL, 1976

CARONE, E.. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo : DIFEL, 1976.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo : Brasiliense, 1985.

CUNHA, Célio da. *Educação e autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo : Cortez/Autores Associados, 1981.

CUNHA, Luiz Antonio, GÓES, Moacyr de. *O golpe na educação*. 6. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade reformanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporã*. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1986 (2a. ed.).

CUNHA, Luiz Antonio. *Educação, estado e democracia no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CUNHA, Luiz Antonio. *Política educacional no Brasil: a profissionalização no ensino médio*. Rio de Janeiro: Eldorado, s.d.

CURY, C. R. J. *Ideologia e Educação Brasileira*. Católicos e Liberais. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

DE DECCA, E. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FAUSTO, B.. A Revolução de 30. *In: MOTA, C.G. (org.). Brasil em Perspectiva*. R J: Editora Bertrand, 1987 (16a. ed.), p. 227-255

FAUSTO, B.. *A Revolução de 30*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FAUSTO, B.. *Pequenos ensaios de História da República: 1889-1945*. Cadernos CEBRAP, São Paulo, 1972.

FAUSTO, B.. *Trabalho urbano e conflito social*. Rio de Janeiro / São Paulo: DIFEL, 1977.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade "modernizada" à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo: Cortez, 1991.

FÁVERO, Osmar (org.). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FERNANDES, F.. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERREIRA, M.N.. *A imprensa operária no Brasil (1889-1920)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.

FURTADO, C.. *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 1993.

GHIRALDELLI JR., Paulo. *História da Educação*. SP : Cortez, 1990.

GHIRALDELLI JR., Paulo. Movimento operário e educação popular na Primeira República. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo : Fundação Carlos Chagas, nº , 57, maio de 1986.

GHIRALDELLI JR., Paulo. O entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico numa perspectiva dialética. In: *Revista ANDE*, ano 5, nº 9, 1985.

GHIRALDELLI JR., Paulo. *Pedagogia e luta de classes no Brasil (1930-1937)*. Ibitinga: Humanidades, 1991.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HOBSBAWM, Eric J.. *A Era do Capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (3a. ed.), p. 311-316.

HOBSBAWM, Eric J.. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

IANNI, O. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LANG, A.B.S.G.. A primeira constituição republicana de 181 e a reforma constitucional de 1926. In: *Cadernos CERU (USP)*. Série II, nº 2, pp. 97-101.

LANG, A.B.S.G. Adolpho Gordo, Senador da Primeira República: Representação e Sociedade. Brasília: Senado Federal, 1989.

LENIN, V.I. *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Global, 1982 (2ª ed.).

LOURENÇO FILHO, M.B.. *Introdução ao Estudo da Escola Nova*. São Paulo: Melhoramentos, 1967 (9a. ed.).

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. In: AZEVEDO, F. *A educação entre dois mundos*. São Paulo: Melhoramentos, s/d, pp. 59-81; ou: GHIRALDELLI JR., P. *História da Educação*, pp. 54-78.

MELLO, Guiomar Namó de. *Cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio*. São Paulo: Cortez, 1993.

MENDES JR., A e MARANHÃO, R. *Brasil História*. São Paulo: Brasiliense, 1981, vol. 3 e 4.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: HOLANDA, S.B. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira - Tomo III: O Brasil Republicano - 1o. Volume: Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: DIFEL, 1985, pp. 259-291.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1976.

NISKIER, Arnaldo. *LDB: a nova lei da educação*. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil. In: HOLANDA, S.B. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira - Tomo III: O Brasil Republicano - 1o.*

Volume: Estrutura de poder e economia (1989-1930). São Paulo: DIFEL, 1985, pp. 391-414.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1973.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A Educação e a ilusão liberal*. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1981.

RIBEIRO, M.L.S.. *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

ROMANELLI, Otaíza de O. *História da Educação no Brasil: 1930-1973*. Petrópolis: Vozes, 1984.

SANDRONI, Paulo (org.). *Constituinte, economia e política na Nova República*. São Paulo: Cortez: Educ, 1986.

SANFELICE, J. L. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

SAVIANI, Dermeval. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, Dermeval. *Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional*. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Dermeval. *Educação brasileira: estrutura e sistema*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1983.

SAVIANI, Dermeval. *Educação e questões da atualidade*. São Paulo: Livros do Tatu: Cortez, 1991.

SAVIANI, Dermeval. *Política e educação no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1988.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2 ed. rev. e ampliada. Campinas, SP: Autores Associados, 2008

SGUISSARDI, Waldemar, SILVA JR., João dos Reis (org.). *Políticas públicas para a educação superior*. Piracicaba, SP: Editora UNIMEP, 1997.

SINGER, Paul. *A crise do milagre*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

SINGER, Paul. O Brasil no Contexto do capitalismo internacional: 1989-1930. In: HOLANDA, S.B. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira - Tomo III: O Brasil Republicano - 1o. Volume: Estrutura de poder e economia (1989-1930)*. São Paulo: DIFEL, 1985, pp. 345-390.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SODRÉ, N. W. *Síntese de Histórica da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SODRÉ, N.W. *Formação Histórica do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, C.G. (org.). *Brasil em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1987 (16a. ed.), pp. 256-282.

SOUZA, M. do C.C. de. O processo político partidário na Primeira República. In: MOTA, C.G. (org.). *Brasil em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1987 (16a. ed.), pp. 162-226.

VARGAS, Getúlio. A instrução profissional e a educação (1933). In: VARGAS, G.. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editor, 1938, Vol. II, pp. 118-122.

VARGAS, Getúlio. Discurso comemorativo do I Centenário de Fundação do Colégio Pedro II, em 2 de dezembro de 1937. In: VARGAS, G.. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editor, 1938, Vol. V, pp. 103-107.

VASCONCELLOS, José de. *Legislação fundamental: ensino de 1º e 2º graus*. São Paulo: LISA, 1972.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Raça e assimilação*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1934.

VIEIRA, Evaldo. *Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1987.

VILLALOBOS, João Eduardo Rodrigues. *Diretrizes e Bases da Educação: ensino e liberdade*. São Paulo: Pioneira/EdUSP, 1969.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Educar para transformar: educação popular, igreja católica e política no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis: Vozes, 1984.

XAVIER, M. E. e outros. *História da Educação. A escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994.

XAVIER, Maria Elizabeth S. P.. *Capitalismo e escola no Brasil*. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

Campinas, 03 de janeiro de 2014.